

ATA N.º 05/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06.MARÇO.2012

----- Aos seis dias do mês de Março de dois mil e doze, nesta vila de Arouca e Gabinete de Informação Ambiental, sito na Alameda D. Domingos de Pinho Brandão, n.º 9, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, António Henrique Fernandes Cruz e Manuel Artur de Almeida Miler.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Faltaram os Vereadores senhores Margarida Maria de Sousa Correia Belém e Paulo Sérgio Martins Teixeira -----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- A Vereadora senhora Isabel Vasconcelos fez uma breve caracterização do Gabinete de Informação Ambiental e dos objetivos que se pretende alcançar com a sua criação, nomeadamente nos setores da água e saneamento, dos resíduos sólidos, da eficiência energética, dos jardins e espaços verdes e do desenvolvimento rural, gabinete esse que se encontrará aberto ao público, em particular aos alunos das escolas do concelho, constituindo um espaço de interação com a população. -----

----- O Vereador senhor António Cruz pediu a palavra para, a propósito da providência cautelar que pretende a suspensão das obras da praça, perguntar se o município já sofreu alguma consequência dessa ação, nomeadamente na mobilização de recursos humanos e financeiros. -----

----- A esta questão o senhor Presidente respondeu que o município já foi notificado da existência da ação, que os próprios autores não sabem bem se poderá ser considerada uma providência cautelar, sendo certo que foi preciso mobilizar recursos humanos para coligir as informações necessárias à defesa dos pontos de vista da Câmara. -----

----- O Vereador senhor Artur Miler pediu a palavra para:-----

----- 1. Felicitar a Vereadora senhora Isabel Vasconcelos pela apresentação do programa que fez, embora este seja o parente pobre no meio de todos os projetos da Câmara, além de pecar por só focar a vertente ambiental com esquecimento da vertente económica, considerando ainda que deveria ir mais longe na promoção do desenvolvimento rural e florestal do concelho, não apenas na vila mas também nas restantes freguesias do concelho; enalteceu ainda as ações que têm sido desenvolvidas na substituição de árvores nos passeios da vila, parecendo-lhe, no entanto, que outros locais carecem de igual intervenção, dando como exemplo os plátanos existentes no passeio fronteiro ao lar de Santa Casa da Misericórdia; -----

----- 2. Perguntar em que ponto se encontra o projeto da ciclovia; -----

06.03.2012

----- 3. Voltou a referir a falta de arranjo das rotundas de Chão de Ave, na freguesia de Chave, e da Portela, na freguesia de Moldes. -----

----- A propósito dos plátanos a que se referiu o senhor Vereador Artur Miler, a Vereadora senhora Isabel Vasconcelos disse que tinha intenção de os substituir também, mas que o senhor Provedor da Santa Casa pediu que não o fizesse já que muitos dos utentes do lar possuem laços afetivos com aquelas árvores. -----

----- Ao senhor Vereador Artur Miler, o senhor Presidente:-----

----- 1. Agradeceu os elogios feitos à criação do Gabinete de Informação Ambiental e disse não concordar que este seja o parente pobre na atividade municipal, porque o ambiente sempre foi a atividade bandeira deste mandato, como bem atestam as medidas em curso e aquelas que foram apresentadas pela senhora Vereadora Isabel Vasconcelos; -----

----- 2. Respondeu que a ciclovía tem financiamento assegurado pelo PRODER, gerido pela ADRIMAG; que sabendo-se de intenções privadas de investimento no concelho, nomeadamente nas zonas industriais, é intenção esperar que os privados apresentem as suas candidaturas, transferindo-se o dinheiro inicialmente previsto para financiar os projetos públicos para esses investimentos, sem prejuízo de, se os privados não absorverem todos os recursos disponíveis, aproveitar o que sobejar para financiar investimentos públicos. Por outro lado, os proprietários dos terrenos a ocupar pela ciclovía não se mostraram disponíveis para os negociar amigavelmente, o que, dado o elevado número de proprietários, levaria a um longo e complexo processo de expropriação; -----

----- 3. Disse que não é possível intervir em todo o lado ao mesmo tempo; que apesar de se ter reduzido o pessoal afeto aos jardins, mais que quadruplicou a área de espaços ajardinados no concelho.-----

----- **II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **01. ATA:**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a ata número 4/2012, relativa à reunião ordinária de 22 de Fevereiro findo.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprová-la, abstendo-se o Vereador senhor Artur Miler por não ter estado presente na reunião a que respeita. -----

----- **02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

----- Foi presente a carta do Vereador senhor Artur Miler a solicitar a justificação da sua falta à última reunião.-----

----- Aquando da apresentação deste assunto aquele senhor Vereador informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. -----

----- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar aquela falta justificada.-----

----- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 45, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €2.004.435,40 (dois milhões e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco euros e quarenta centimos) correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €1.320.137,73 (um milhão trezentos e vinte mil cento e trinta e sete euros e setenta e três centimos) e €684.297,67 (seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e noventa e sete euros e sessenta e sete centimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 5.ª ALTERAÇÃO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a 5.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual não resulta qualquer alteração da dotação global definida, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

----- 05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 5.ª ALTERAÇÃO:-----

----- Foi presente a 5.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €25.100,00 (vinte e cinco mil e cem euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

----- 06. ENSINO BÁSICO/PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - CASA DO POVO SANTA CRUZ DE ALVARENGA – PROTOCOLO – ALTERAÇÃO:-----

----- Pela Divisão de Educação e Ação Social foi presente a seguinte proposta:-----

----- “No âmbito do protocolo (em anexo) estabelecido entre o Município de Arouca e a Casa do Povo de Alvarenga, para fornecimento das refeições escolares dos alunos da EB1/JI do Paço Alvarenga, na cláusula 4.ª, ponto 1 foi definido o valor de um euro e oitenta e nove centimos por cada refeição a ser partilhado mensalmente pela Câmara Municipal. Contudo o valor previsto não inclui todos os custos da prestação de serviço, sendo o valor total dois euros e trinta e dois centimos (2,32€) por cada refeição.-----

----- Propõe-se assim a alteração do valor.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- 07. AÇÃO SOCIAL/CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. SALVADOR DO BURGO DE AROUCA – SUBSÍDIO:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a carta registada sob o número 1.098, em 27 de Fevereiro findo, do Centro Social Paroquial de S. Salvador do Burgo de Arouca, a solicitar a concessão de um subsídio para fazer face a despesas com as atividades previstas para o ano em curso. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), sem prejuízo de, durante o ano em curso e em face da execução orçamental que se vier a verificar, poder aquela importância ser reforçada. -----

----- 08. URBANIZAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTOS PREVISTOS NO P. U. DE AROUCA – ARIEIRO – MURÇA – RONDE – PROJETO DE EXECUÇÃO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o projeto de execução para a construção de arruamentos previstos no P. U. de Arouca – Arieiro-Murça-Ronde. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projeto. -----

----- 09. TURISMO/TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL – ACORDO DE PARCERIA – ALTERAÇÃO:-----

----- Por deliberação tomada na reunião de 21 de Setembro de 2010, foi aprovada a minuta do acordo de parceria celebrado com a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E. R., que visou “estabelecer os termos necessários à conceção e implementação de uma infraestrutura tecnológica de apoio à rede de Lojas Interativas de Turismo, bem como as respetivas responsabilidades financeiras, com vista à apresentação de candidatura junto da CCDR-N”. -----

----- Vem agora a referida entidade, pela carta registada sob o número 982, em 20 de Fevereiro findo, comunicar que por força do aumento da comparticipação FEDER em face do previsto em sede de candidatura, o valor referente à comparticipação financeira a despendar por parte de cada município será de €9.829,40 (nove mil oitocentos e vinte e nove euros e quarenta cêntimos) em detrimento do montante de €12.000,00 (doze mil euros), pelo que se procedeu à elaboração do aditamento ao referido acordo de parceria, visando repercutir a atual comparticipação financeira relativa ao investimento, aditamento esse que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

----- 10. REDE VIÁRIA/ABERTURA/PAVIMENTAÇÃO DA VIA DE ESCARIZ/CRUZEIRO DO ROMÃO – ALTERNATIVA À EN 326 – AQUISIÇÃO DE TERRENOS: -----

----- Pelo senhor Presidente foram presentes as seguintes propostas: -----

----- 1. “O Sr. António Moreira Paiva, viúvo e a Sr.^a Maria Margarida Castro de Paiva, solteira, dispõem-se a vender, com destino à abertura/pavimentação da via de Escariz/Cruzeiro do Romão-alternativa EN 326 (Fermado), pelo preço global de 14.191,20€, as seguintes parcelas de terreno a destacar do prédio rústico de sua propriedade, sito no lugar de Coruto, freguesia de Escariz e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 3448 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 174: -----

----- - parcela de terreno com a área de 846,60 m2, que ficará a confrontar do norte com António Moreira Paiva e Maria Margarida Castro de Paiva, nascente com Município de Arouca, poente e sul com estrada, à qual atribuem o valor de 5.079,60€; -----

----- - parcela de terreno com a área de 997.60 m2, que ficará a confrontar do norte, poente e sul com estrada e do nascente com António Moreira Paiva e Maria Margarida Castro de Paiva, à qual atribuem o valor de 5.985,60 €;-----

----- - parcela de terreno com a área de 521 m2, que ficará a confrontar do norte, poente e sul com estrada e do nascente com Município de Arouca, à qual atribuem o valor de 3.126 €. -----

----- Nestes termos, proponho a aquisição das parcelas de terreno por parte da Câmara Municipal.”-----

----- 2. “O Sr. Arménio de Almeida Santos e esposa, Maria da Costa Pinheiro, dispõem-se a vender, com destino à abertura/pavimentação da via de Escariz/Cruzeiro do Romão-alternativa EN 326 (Fermado), pelo preço global de 3.696€, uma parcela de terreno com a área de 616 m2, a destacar do prédio rústico de sua propriedade, sito nos limites de Coruto, freguesia de Fermado e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 908 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 00440/140695. A parcela em causa ficará a confrontar do norte com o Arménio de Almeida Santos, nascente com Silvério Jesus Duarte, poente com José Vaz Ferreira e sul com estrada. -----

----- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.”-----

----- 3. “A Sr.^a Maria Fernanda Alves Ribeiro, com a necessária autorização de seu marido, Sr. Nelson Paiva Campos, a Sr.^a Olga Alves Ribeiro, com a necessária autorização de seu marido, Sr. Euclides Paiva Moreira e a Sr.^a Marina Alves Ribeiro, com a necessária autorização de seu marido, Sr. Manuel da Conceição de Pinho Leite Martins, dispõem-se a vender, com destino à abertura/pavimentação da via de Escariz/Cruzeiro do Romão-alternativa EN 326 (Fermado), pelo preço global de 11.158,40€, o prédio rústico de sua propriedade, sito no lugar de Urreia, freguesia de Escariz e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 3429 e omissa na Conservatória de Registo Predial. -----

06.03.2012

----- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquelas propostas. ---

----- 11. REDE VIÁRIA/PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO DE MEITRIZ (JANARDE) ALTO DO MEROUÇAL (ALVARENGA) – PLANO DE TRABALHOS:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a carta registada sob o número 985, em 20 de Fevereiro findo, de Manuel Francisco de Almeida, Ld.^a, adjudicatário da empreitada em epígrafe, a remeter a revisão do plano de trabalhos respetivo. -----

----- Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o referido plano de trabalhos.-----

----- 12. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOSÉ AUGUSTO SILVA BARBOSA, (ARIEIRO, SANTA EULÁLIA):--- -----

----- Foi presente o processo de obras número 163/2006, de José Augusto Silva Barbosa, residente em Arieiro, Santa Eulália, acompanhado do requerimento registado sob o número 122/DGU, em 23 de Janeiro findo, a solicitar o licenciamento com vista a legalizar a alteração e ampliação de edifício destinado a arrumos sito no referido lugar. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

----- 13. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA MADALENA MENDES DE NORONHA, (GRANJA, ALVARENGA):-----

----- Foi presente o processo de obras número 03/2012, de Maria Madalena Mendes de Noronha, residente no lugar de Granja, freguesia de Alvarenga, acompanhado do requerimento registado sob o número 36/DGU, em 6 de Janeiro findo, a solicitar o licenciamento com vista à legalização da ampliação da habitação que possui no referido lugar.-----

----- Face à informação da DGU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, nos termos do disposto na alínea a), n.º 1, art.º 24.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 177/2011, de 4 de Junho, e pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, uma vez que o índice de utilização proposto é superior 0,75 m²/m², facto que contraria o disposto no n.º 4, art.º 39.º, do regulamento do PDM. -----

----- 14. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FERNANDO DE ALMEIDA FREITAS, (CASAL, CHAVE):-----

----- Foi presente o processo de obras número 161/2011, de Fernando de Almeida Freitas, residente em França, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.808/DGU, em 23 de Novembro de 2011, a

solicitar o licenciamento com vista a ampliar a habitação e reconstruir o muro de vedação que possui no lugar de Casal, freguesia de Chave. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

----- 15. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOSÉ DA SILVA SOUSA, (CHÃO-DE-AVE, CHAVE): -----

----- Foi presente o processo de obras número 147/2011, de José da Silva Sousa, residente em Provizende de Baixo, Rossas, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.697/DGU, em 7 de Novembro do ano findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir habitação e muros em terreno sito no lugar de Chão de Ave, daquela freguesia. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

----- 16. LOTEAMENTOS/MANUEL TEIXEIRA GOMES, (SOUTO, TROPEÇO): -----

----- Foi presente o processo de loteamento número 22/94, de Manuel Teixeira Gomes, residente em Souto, Tropeço, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.737/DGU, em 10 de Novembro do ano findo, a solicitar a vistoria às obras de urbanização respetivas e a consequente receção definitiva e libertação da caução prestada para garantir a sua boa e integral execução. -----

----- Face às conclusões da comissão de vistoria, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido. -----

----- 17. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DOS TROÇOS DESCLASSIFICADOS DA EN 326 – TROÇO PIMENTA7/ALTO DA ESTRADA – AUTO N.º 13: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 13, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €105.214,80 (cento e cinco mil duzentos e catorze euros e oitenta cêntimos). -----

----- Aquando da apresentação deste assunto o senhor Presidente informou o executivo que nele tem interesse um seu familiar, pelo que deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. -----

----- Declarado o impedimento, assumiu a direção dos trabalhos a senhora Vice-Presidente, Vereadora senhora Isabel Vasconcelos, nos termos do número 3, art.º 57.º, da Lei número 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- 18. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE AROUCA – AUTOS N.º 5 E 6: -----

----- Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 5 e 6, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €32.901,59 (trinta e dois mil novecentos e um euros e cinquenta e

nove cêntimos) e €14.128,21 (catorze mil cento e vinte e oito euros e vinte e um cêntimos) e €12.414,26 (doze mil quatrocentos e catorze euros e vinte e seis cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos. -----

----- 19. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE ALVARENGA – AUTO N.º 2: -----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 2, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €12.414,26 (doze mil quatrocentos e catorze euros e vinte e seis cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- 20. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS – AUTO N.º 1: -----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 1, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €19.376,00 (dezanove mil trezentos e setenta e seis euros).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- 21. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL – AUTO N.º 3:- -----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 3, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €18.705,00 (dezoito mil setecentos e cinco euros).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- 22. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ENVOLVENTES AO MOSTEIRO DE AROUCA – AUTOS N.º 6, 7, 8, 9 E 10:-----

----- Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 6, 7, 8, 9 e 10, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €25.184,35 (vinte e cinco mil cento e oitenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), €3.077,05 (três mil e setenta e sete euros e cinco cêntimos), €15.621,41 (quinze mil seiscentos e vinte e um euros e quarenta e um cêntimos), €7.703,83 (sete mil setecentos e três euros e oitenta e três cêntimos) e €5.889,33 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove euros e trinta e três cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos. -----

----- 23. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO DE MEITRIZ (JANARDE) ALTO DO MEROUÇAL (ALVARENGA) – AUTO N.º 1: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 1, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €5.049,35 (cinco mil e quarenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. -----

----- III — OUTROS ASSUNTOS: -----

----- 24. DIVERSOS/CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER PRÉVIO GENÉRICO: - -----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “A Lei de Orçamento do Estado para 2012, aprovada pela Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, introduziu um conjunto de medidas tendentes a reduzir a despesa pública, designadamente no domínio da aquisição de serviços. -----

----- No seu artigo 26º, nº 4, estabelece este diploma que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, independentemente da contraparte, carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria.-----

----- No que às autarquias locais diz respeito, estabelece o mesmo artigo, no seu nº 8, que o parecer prévio previsto no nº 4 é da competência do órgão executivo, estando a emissão condicionada à verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6º do DL nº 209/2009, de 3 de setembro, alterada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril.-----

----- Para a administração central foi publicada a Portaria 9/2012, de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, já citada, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.º 3 -B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e pela primeira lei já referida.-----

----- Já para a administração local, apesar do nº 8 do artigo 26º do OE para 2012, na parte final, consignar que os termos e tramitação a que fica sujeito o parecer são regulados pela portaria referida no nº 1 do artigo 6º do DL nº 209/2009, de 3 de Setembro, verifica-se que a portaria não foi ainda publicada.-----

----- Significa isto dizer que a norma que impõe o parecer prévio vinculativo da câmara municipal poderá não ser exigível por falta de regulamentação que defina os termos e a tramitação a que o mesmo deve obedecer. ----

----- Porém, em abono dos princípios da prudência e da segurança jurídica, sou de opinião de que a autarquia deve seguir o procedimento já definido para a administração central, com as necessárias adaptações, tendo em consideração, designadamente, as consequências que o facto acarreta caso venha a entender-se em sentido contrário.-----

----- Consequentemente, deve garantir-se também a existência de mecanismos capazes de assegurar o funcionamento dos serviços com o mínimo de eficiência e eficácia que lhe é exigível, facto que só poderá

06.03.2012

ocorrer se a autarquia adotar as medidas já definidas na referida Portaria 4-A/2001 para a administração central, designadamente no que respeita à concessão de parecer genérico para efeitos de contração ou renovação de contratos de aquisição de serviços de valor reduzido e à salvaguarda dos contratos que, por via da celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e que, por falta de regulamentação específica aplicável à administração local, não foram objeto de parecer prévio.-----

----- Tudo isto, obviamente, sem prejuízo do procedimento concursal exigido nos termos previstos no Código da Contratação Pública, da declaração de cabimento exigida e da observância das demais normas legais, designadamente da obrigatoriedade da redução remuneratória, quando a ela houver lugar, nos termos previstos no nº 1 do artigo 26º.-----

----- Com efeito, **proponho** que a câmara municipal:-----

----- 1. Ao abrigo do disposto no nº 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, e, por analogia, por falta de regulamentação prevista para a administração local, no artigo 4º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, delibere conceder parecer genérico favorável:-----

----- a) À celebração de contratos de aquisição de serviços com a mesma contraparte, desde que não seja ultrapassado o montante anual de €5.000 (sem IVA), numa das seguintes situações:-----

----- i) Ações de formação que não ultrapassem 132 horas;-----

----- ii) Aquisição de serviços cuja execução de conclua no prazo de 20 dias a contar da data da notificação da adjudicação.-----

----- b) À celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações, com a mesma contraparte, pelo prazo máximo de 1 ano e desde que não seja ultrapassado o montante anual de €5.000 (sem IVA).-----

----- 2. Por analogia com o que dispõe o artigo 8º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, delibere conceder parecer favorável aos contratos que, até esta data, por via da celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, e que, falta de regulamentação específica aplicável à administração local, não foram objeto de parecer prévio, parecer esse que só é concedido na condição da despesa correspondente ter sido objeto de prévio cabimento orçamental.”-----

----- Porque o assunto não fazia parte da ordem do dia, a Câmara deliberou, ainda por proposta do senhor Presidente, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na sua deliberação imediata por forma a permitir o normal desenvolvimento da atividade municipal.-----

----- Discutido o assunto, a Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, aprovar aquela proposta.-

----- **25. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – MONITORIZAÇÃO DE AULAS DE IOGA – PARECER PRÉVIO:**-----

06.03.2012

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta da Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, propondo que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 8, art.º 26.º, do Orçamento de Estado de 2012 e na Portaria n.º 9/2012, de 10 de Janeiro, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação da aquisição de serviços de monitorização de três aulas de ioga semanais, no total de vinte e duas semanas, nos complexos desportivos de Arouca e Escariz, nos termos e condições ali previstos, assunto este não incluído na ordem do dia. -----

----- Por proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto, de modo a permitir o início das aulas de ioga tão rápido quanto possível. -----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, aprovar aquela proposta.

----- 26. CULTURA/CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – HIGIENE, DESINFEÇÃO E LIMPEZA DO MUSEU MUNICIPAL E DA BIBLIOTECA MUNICIPAL – PARECER PRÉVIO: -----

----- Pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo foi proposto que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 8, art.º 26.º, do Orçamento de Estado de 2012 e na Portaria n.º 9/2012, de 10 de Janeiro, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação da aquisição de serviços de higiene, desinfeção e limpeza do Museu Municipal e da Biblioteca Municipal, nos termos e condições previstos na proposta que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata. -----

----- Porque este assunto não fazia parte da ordem do dia, a Câmara deliberou, por proposta do senhor Presidente, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na sua deliberação imediata, por forma a contratar, tão rápido quanto possível, a referida prestação de serviços. -----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, aprovar aquela proposta.

----- 27. PESSOAL/CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – VIGILÂNCIA NA SAÚDE DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO – PARECER PRÉVIO: -----

----- Foi presente a proposta da Divisão de Administração Geral e Finanças, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a propor que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 8, art.º 26.º, do Orçamento de Estado de 2012 e na Portaria n.º 9/2012, de 10 de Janeiro, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação da aquisição de serviços de vigilância na saúde dos trabalhadores do Município, nos termos e condições ali previstos, assunto este não incluído na ordem do dia. -----

----- Por proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto por forma a permitir a contratação tão rápida quanto possível daquela prestação de serviços. -----

----- Discutido o assunto, a Câmara deliberou, aprovar a proposta que antecede. -----

06.03.2012

----- **IV — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

----- Nada a registrar. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 17 horas e 30 minutos. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi.-----